

“A SEXUALIDADE É UMA QUESTÃO POLÍTICA”: A IV INTERNACIONAL E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DAS LGBTs

Gustavo Seferian*

Resumo: O presente texto pretende expor um panorama da abordagem dada pela tradição da IV Internacional acerca da luta pela libertação das LGBTs. Para tanto, assume como metodologia a investigação de textos produzidos por militantes, seções nacionais e pelo Comitê Internacional da organização, a fim de (i) indicar as possíveis fontes, em Trotsky, das referidas reflexões; (ii) traçar um breve histórico das problematizações feitas no bojo da tradição da IV Internacional acerca da moral, burocracia e sexualidade e da necessidade estratégica de enfrentamento das opressões; para que então seja possível (iii) elaborar um panorama das formulações propostas pelas seções nacionais da Internacional, acerca da luta pela libertação das LGBTs, que servem de paradigma (iv) às principais características estruturantes das linhas políticas pautadas pelo Comitê Internacional da organização, cujos traços fundamentais, pautados em seus documentos oficiais, fazem denotar a natureza e a dimensão tática das proposições trazidas e incorporadas pela prática militante quartista.

Palavras-chave: LGBT; libertação; IV Internacional; Trotsky; sexualidade

Abstract: The present text intends to present an overview of IV International's tradition about the fight for LGBTs' liberation. To do so, it assumes as a methodology the investigation of texts produced by militants, national sections and by the International Committee of the organization, in order to (i) indicate the possible sources in Trotsky of such reflections; (ii) draw a brief history of the problematizations made by the IV International tradition about morality, bureaucracy and sexuality and the strategic need to face oppression; (iii) elaborate an overview of the formulations proposed by the national sections of the International, on the struggle for the LGBTs' liberation, which serve as a paradigm for (iv) the main structuring characteristics of the political guidelines established by the International Committee of the Organization, whose fundamental traits, based on their official documents, denoting the nature and the tactical dimension of the propositions brought and incorporated by the IV International militant practices.

* Gustavo Seferian Scheffer Machado é Professor Adjunto do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (DIT-UFMG). Foi Professor de Direito e Processo do Trabalho da Universidade Federal de Lavras-UFLA (2016-2019). Bacharel em Direito (2008), Mestre (2012) e Doutor (2017) em Direito do Trabalho pela FDUSP. Pesquisador convidado, em sede pós-doutoral, do CéSor/EHESS/CNRS, sob supervisão de Michael Löwy (2018). Pesquisador-Líder do GPTC-USP, membro da RENAPEDTS. Membro do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS.

Keywords: LGBT; liberation; Fourth International; Trotsky; sexuality

“A IV Internacional dispensa os mágicos, os charlatões e os maus professores de moral. Numa sociedade baseada na exploração, a moral suprema é a moral da revolução socialista. Bons são os métodos e meios que elevam a consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras, sua confiança nas suas próprias forças, sua disposição de abnegação na luta. Inadmissíveis são os métodos que ensinam nos oprimidos e oprimidas o medo e a docilidade diante dos opressores, sufocam seu espírito de protesto e de revolta, ou substituem a vontade das massas pela vontade dos chefes, a persuasão e a análise da realidade, pela demagogia e a falsificação.”

Leon Trotsky, Programa de Transição¹

1. Introdução

Pretendemos com o presente texto trazer à luz as discussões travadas no bojo da IV Internacional² acerca da questão da sexualidade, voltando-se especificamente para o trato conferido à luta pela libertação das pessoas LGBTs³. Nossa proposição, de caráter inicial, intenta traçar um panorama acerca dos posicionamentos firmados historicamente pela organização política, passando pelas formulações advindas de seus militantes, seções nacionais e dos documentos do seu Comitê Internacional.

Como não poderia deixar de ser, tais leituras não são desinvestidas de envolvimento pessoal. Tanto em razão do objeto específico da exposição – haja vista nossa expressão da sexualidade não estar conformada na normatividade heterodeterminada dominante –, quanto pela nossa adesão militante à tradição política que pretendemos dissecar. Ademais, é de se ter em conta que a nossa formação jurídica enseja certos enfoques e atenções particulares, que talvez releguem para segundo plano outros aspectos de interesse geral no trato da referida pauta. De toda sorte, essa ligação e os componentes subjetivos que nos determinam não interditam o esforço de que nos

¹ Tradução livre de TROTSKY, 1938, p. 37-38.

² Comporta aqui uma primeira consideração acerca do uso da expressão, evitando maiores questionamento e dúvidas no transcorrer do texto, sobretudo diante da pluralidade de reivindicações quanto a herança e tradição trotskistas. A referência reiterada à “IV Internacional” remete não só à organização política internacional idealizada e criada por Trotsky, em 1938, como também à tradição que desde 1963 passou a dar corpo ao que se convencionou chamar de “Secretariado Unificado da IV Internacional”.

³ A expressão não remete apenas a uma opção particular de uso, dada a sua difusão bastante bem assentada em nossa realidade sócio-histórica, mas à síntese referencial constante na resolução “On lesbian/gay liberation” (CIFI, 2003) – referência forte na sustentação do texto – e em outros documentos da IV Internacional. Ademais, é tomada desde sua flexão no feminino para contemplar o conjunto de *peessoas* que compõe este estrato de oprimidas e oprimidos.

debrucemos sobre o tema com olhares atentos e críticos, ainda que por vezes apaixonados, o que, em nossa percepção, apenas agrega novos temperos, de todo positivos, à elaboração.

Essa investida inicial e comprometida não intenta alcançar toda profundidade e complexidade com que o marxismo se empenhou no enfrentamento a todas as formas de opressão. Quanto menos perpassar todas as dimensões com que a tradição marxista se propôs a lidar com as demandas de LGBTs, algo que já se coloca há quase século e quartel. Todavia, todo o acúmulo histórico – que remonta as elaborações sobre a organização familiar de Marx e, sobretudo, Engels, passando a se robustecer e especificar ante a visibilidade concreta das necessidades desse setor oprimido da sociedade⁴, jamais isento de contradições e marcas de violência – servirá de pressuposto e subsídio para o conjunto de proposições que serão traçadas.

Assumimos, como proposta metodológica, dar cabo ao levantamento de textos de discussão e lineamento político da IV Internacional acerca da matéria, isso a fim de que tal trabalho preliminar nos possa proporcionar subsídios a uma leitura crítica e propositiva ante os escritos.

Desse modo, pretendemos (i) indicar as possíveis fontes, em Trotsky, das referidas reflexões; (ii) traçar um breve histórico das problematizações feitas no bojo da tradição da IV Internacional acerca da moral, burocracia e sexualidade e da necessidade estratégica de enfrentamento das opressões; para que então seja possível (iii) elaborar um panorama das formulações propostas pelas seções nacionais da Internacional, acerca da luta pela libertação das LGBTs, que servem de paradigma (iv) às principais características estruturantes das linhas políticas pautadas pelo Comitê Internacional da organização, cujos traços fundamentais, pautados em seus documentos oficiais, discutindo a natureza e a dimensão tática das proposições trazidas e incorporadas pela prática militante quartista.

⁴ Nesse forjar de uma tradição, é louvável as inaugurais posições públicas de August Bebel e Karl Kautsky contra a criminalização das práticas homossexuais na Alemanha, propondo a revisão do famoso “artigo 175” do Código penal alemão. Da mesma sorte, o célebre texto de Eduard Bernstein, em defesa de Oscar Wilde. Vide BERNSTEIN, Eduardo. **Bernstein on homosexuality**: Articles from 'Die Neue Zeit', 1895 and 1898. Trad. Angela Clifford. Belfast: Athol books, 1977, e sobre a luta contra o “artigo 175”, OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 45-50 e ALBERTINI, Pierre. “Comunismo”. In: TIN, Louis-George (dir.) **Diccionario Akal de la homofobia**. Madrid: Akal, 2012.p.126.

2. Moral, burocracia e sexualidade: bases trotskianas para o trato quartista da libertação LGBT

Em que pese a temática da luta das LGBTs pela sua libertação não ser em nada atual, é certo que no campo do marxismo revolucionário o seu permear não se deu de modo uniforme ou isento de contradições e penares. Mesmo no que se refere aos legatários de Trotsky, a libertação LGBT galgou, pouco a pouco, posições junto às fissuras dos próprios registros de opressão que ecoavam dentro das organizações compostas por militantes quartistas.

Nesse conjunto de duros avanços, é bem provável que o trato da sexualidade na tradição política da IV Internacional remonte as elaborações trotskianas acerca da questão moral e da vida cotidiana, ainda que não tenha o revolucionário investido de forma específica e adequadamente quanto ao tema⁵.

Afirma Trotsky (1978, p.13) que “própria noção de moral nasce num ambiente dividido pelos antagonismos sociais, isto é, numa sociedade dividida em classes”. Não é, pois, de se estranhar que compreenda acertadamente que a moral não possui uma única expressão, mas sim múltiplas, denotando cada posição de classe, ou como prefere Löwy (1988), cada visão social de mundo (*Weltanschauung*). Dessa forma adverte:

“O evolucionismo burguês detém-se, paralisado pela impotência, no limiar da sociedade histórica, não querendo admitir que a luta de classes é a mola principal da evolução das formas sociais. A moral não é mais do que uma das funções ideológicas desta luta. A classe dominante impõe seus fins à sociedade e a habitua a considerar como imorais os meios que se choquem com esses fins. Esta é a função essencial da moral oficial.” (TROTSKY, 1978, p. 13)

Ao alçar à condição de oficialidade e exclusividade de sua moral, a burguesia, enquanto classe dominante econômica e politicamente – que expressa não outra coisa que a compreensão já há muito traçada por Marx e Engels (2007, p.47) de que as ideias dominantes em uma dada sociedade são as ideias da classe dominante –, alija as expressões morais de outras classes sociais e forja os traços de sua própria teologia,

⁵ Ainda que forma bastante questionável, apontando se tratarem as questões de sexualidade de “escolhas do estilo de vida”, o diagnóstico de Sandy Irvine (s/d, p.15) é sintomático ao apontar as seguintes conclusões: "Like most marxists, Trotsky had little to say about consumption patterns and lifestyle choices. He did denounce drunkenness and swearing but otherwise he kept off the subject of how individuals should lead their lives, despite the cumulative impact of those decisions on individual mental and physical health on social services such as health care and, most significantly, the resultant demands placed on environmental systems. This he has little to say about matters such as personal diet, exercise, sexuality, consumer goods spending or leisure options, though at one point he does mock 'vegetarian-Quacker prattle' (Terrorism and Communism, 1920)".

justificadora e legitimadora da atual organização social hegemônica no mundo. Como aponta Trotsky (1978, p.8):

“Posta acima das classes, a moral leva inevitavelmente à admissão de uma substância particular, de um ‘senso moral’ absoluto, de uma ‘consciência’ que não é outra coisa senão um tímido pseudônimo filosófico de Deus. A moral independente dos ‘fins’, isto é, da sociedade e- que seja deduzida das verdades eternas quer da ‘natureza humana’ – a não é, no final das contas, senão uma modalidade da ‘teologia natural’”

Esta moral oficial burguesa, que se pretende única, se sedimenta em diversas instituições, sendo uma das suas principais a família burguesa. Trata-se esta de um dos principais irradiadores e legitimadores de práticas atentatórias à vida e existência de LGBTs, seja pela normalização das sexualidades que consigo vem atrelada, seja pelas consequências no trato da infância e seu cada vez mais crescente prolongamento de dependência para com esta estrutura, seja até mesmo pela sua quadratura inteditora de experimentação de relações sociais típicas do mundo atual - pútrido, perverso, bem dizer – pelo conjunto das LGBTs.

As mais interessantes reflexões de Trotsky acerca da família estão em seu *Problemas da vida cotidiana*, escrito em 1923. Lidando com os impactos da Revolução Russa na vida privada de seus protagonistas – operários, soldados e camponeses –, constatou que o processo de transformação social “aún no había tenido tiempo de revelar sus ocultas posibilidades para la inauguración de un nuevo y más elevado orden de vida familiar” (TROSKY, 2015, p. 14). Desse modo, afirmou que “con respecto a las relaciones familiares, y a las formas de vida privada en general, debe existir asimismo un inevitable período de desintegración, tal como ocurriera con las tradiciones heredadas del pasado que no habían sido todavía objeto de reflexión” (TROTSKY, 2015, p. 15), isso tão logo dado um processo revolucionário. Ainda aos sabores dos ventos de Outubro, Trotsky (2015, p.15) aponta:

Ahora, después de la conquista del poder, el trabajador ruso debe realizar, en muchos aspectos de la vida, sus primeros pasos concientes hacia una verdadera cultura. Bajo el impulso de las grandes colisiones, su fuerza individual sacude por primera vez todas las formas tradicionales de vida, todas las costumbres domésticas, las prácticas religiosas y los lazos de parentesco. Esto no es de extrañar, en los comienzos, la rebelión individual, su resistencia contra lo tradicional, supone la anarquía, o, para decirlo más crudamente, disuelve las instituciones.

A dissolução da família burguesa e a recomposição de uma nova organização social, aos olhos do revolucionário russo pressuporiam, para além de romper com toda uma ritualística pautada em aspectos místicos, a atenção de algumas condições e indicativos:

En principio, la preparación material de las condiciones para un nuevo modo de vida y una nueva familia, no puede separarse tampoco del trabajo de la construcción socialista. El estado de los trabajadores necesita mayor prosperidad a fin que le sea posible tomar seriamente en sus manos la educación pública de los niños y aliviar asimismo a la familia de los cuidados de la limpieza y la cocina (...). Así pues, el camino hacia la nueva familia es doble: a) la elevación del nivel de cultura y educación de la clase trabajadora y de los individuos que la componen; b) un mejoramiento de las condiciones materiales de dicha clase organizado y llevado a cabo por el estado. Ambos procesos se hallan íntimamente conectados uno al otro. (TROTSKY, 2015, p. 17-18)

Trotsky não trata na obra das questões de sexualidade. Todavia parte da premissa da estruturação da família burguesa como aquela composta por homem e mulher. Nada que não nos parece factível de romper com a própria dissolução das condições materiais a que estava atento!

Outro ponto da leitura trostkiana que é de todo funcional à abordagem do trato das demandas pela libertação das LGBT se refere à interpretação do processo revolucionário russo, seus saldos e sua degeneração burocrática sob a batuta de Stalin. As leituras conjunturais, presentes em diversos de seus escritos e expostas de forma mais bem acabada em seu *A revolução traída* (TROTSKY, 1977), dão conta de todo o horizonte progressivo aberto com o processo de Outubro, e a sua subsequente interdição e retração após o ascenso stalinista ao poder, constituindo uma das suas fundamentais contribuições à luta revolucionária comunista (MANDEL, 1995, p. 32-58). O caso do trato jurídico e político a temas concernentes à opressão de gênero⁶ e sexualidade são emblemáticos quanto a isso.

É de se ter conta, voltando nossos olhos ao objeto central da investigação, que no curso do processo revolucionário russo uma série de tradicionais medidas restritivas à

⁶ Relevante obra que trata em profundidade o assunto é a obra *Mulher, Estado e Revolução*, de Wendy Goldman (2014), que traça o mesmo movimento que aqui expomos no trato da criminalização de condutas sexuais de LGBTs naquilo que se refere a aspectos relativos ao direito das mulheres, como por exemplo o trato do aborto, do divórcio e outras medidas jurídicas progressivas que despontaram nos anos imediatamente subsequentes à Revolução, e que retraíram com de degeneração burocrática do Estado operário soviético.

afirmação da homossexualidade foram abolidas. Em fato, no ano de 1917, o Código Penal então vigente no regime czarista, que datava de 1903, foi revogado⁷. Inclusos ali os tipos penais que criminalizavam as práticas homossexuais entre homens. Os dois primeiros Códigos Penais soviéticos⁸ nada traziam acerca de tal matéria, a conferir caráter lícito às práticas sexuais entre homens.

Esse fato político, inclusive, é reflexo não só das viragens política e econômica pelas quais o país passava, mas da mesma sorte fruto de uma efervescência cultural, ética, moral, artística, ambiental, sanitária etc que leva a um novo e profundo olhar para o mundo desde a Rússia. É no seio desse conjunto de determinações revolucionárias que se passam a nutrir interesses acadêmicos e políticos pela homossexualidade, que justifica a não criminalização de práticas sexuais entre homens e coroa um processo de afirmação de libertação sexual, que dá corpo também ao conjunto da revolução. É nesse caldo que se colocam as iniciativas de articulação internacional de estudiosos sobre a homossexualidade, bem como a profusão de saberes sobre o tema, donde a obra de Grigori Batkis é sem dúvidas a mais ecoada.

Todavia, como prenúncios da degeneração que a partir de 1934 juridicamente se manifestaria de forma generalizada em todo território soviético, é certo que parte das novas nações em órbita de Moscou já se constituíram criminalizando práticas homossexuais:

“As Soviet power expanded southward and eastward, "sodomy" was outlawed in the new republics of Soviet Azerbaijan (1923), Uzbekistan (1926), and Turkmenistan (1927), the result of Bolshevik analysis of regional customs. In these substantially different social and cultural contexts, Soviet jurists sought to curtail local patterns of male sociability that in their view created suspicious forms of dependency between men and youths. (HEALEY, 2001, p. 258)

Tais fatos mostram mais do que, como pensa Dan Healey, se tratar de uma adequação sócio-cultural regional das diretrizes vindas de Moscou, mas sim nos parece *um sintoma da impossibilidade da afirmação militar, ou por anexação, de um processo revolucionário*. As classes trabalhadoras, e a sociedade no geral, do Azerbaijão,

⁷ “The Communist revolution of 1917 in Russia threw down both the old Tsarist political regime, and, what was of principal importance, the old traditional social order. It, therefore, automatically put aside the formal expression of that old order—the law, the Penal Code of 1903 included.” (STAROSOLSKY, 1950, p. 359)

⁸ “Os desdobramentos da constituição do sistema penal soviético têm sua primeira grande expressão nos Princípios Orientadores de Direito Penal de 1919, estruturando sua primeira codificação penal em 1922. Neste período, igualmente, em constante readequação pela transitoriedade do contexto político-social, lançam-se outros Princípios Orientadores de Direito Penal em 1924, bem como é seguido por outro Código Penal em 1926.” (BENITEZ, SOARES, 2017, p. 394)

Uzbequistão e Turcomenistão não experimentaram a insurreição social, os sabores da tomada de consciência e da ação revolucionária auto-determinada tal qual se deu nos espaços urbanos russos. A ruptura com traços tradicionais – marcadamente presentes nesses países desde a referência religiosa islâmica – por certo não seria uma questão trivial, e a perenização da reprimenda (ou mesmo da criminalização) das existências das LGBTs não é de soar surpreendente. E nem mesmo com surpresa podemos tomar o descompasso entre os ordenamentos nacionais e a proposição central soviética, haja vista a autonomia relativa posta então às nações soviéticas.

O abalo de maior dimensão, em efeitos políticos e individuais, por certo decorre do retrocesso experimentado junto às leis penais sob o jugo stalinista. Em 7 de março de 1934, em pleno curso do aprofundamento das degenerações burocráticas do Estado soviético e da conformação do aparelho jurídico-político de repressão que desmantelou a revolução e de forma farsesca condenou e assassinou a maior parte dos condutores da revolução – Trotsky e familiares inclusos –⁹, foi incluído no Código Penal soviético o art. 121, que criminalizava e impunha penas de até 5 anos de trabalhos forçados a homens que praticassem relações homossexuais. O tipo penal não alcançava relações entre lésbicas.

É certo que os efeitos das medidas – tanto a descriminalização quanto a recriminalização – na livre expressão das sexualidades saltam às vistas, em um movimento que oscila entre a inserção social modulada pelo consumo, passando pelo interesse, reconhecimento e respeito após a descriminalização, para então passar para as folhas policiais:

A transition to more commodified encounters in the late imperial era is evident in an expanding volume of similar sources, enhanced by journalistic depictions of the homosexual subculture. For the early Soviet era the question can be pursued with material that reflects an accelerating medical interest in homosexuality and the problems of regulating public sex during the 1920s,

⁹ Sobre o nexa cronológico entre a referida medida e o acentuar persecutório do Direito Penal soviético: “Taking over the traditional Tsarist practice of “administrative justice,” the Soviets made it the most powerful and the most used weapon in the fight against the enemies of their regime. According to the regulation of the Central Executive Committee of July 10, 1934, and the Regulation of the Central Executive Committee and the Council of People's Commissars U. S. S. R. of November 5, 1934, special organs of the Ministry of Interior Affairs (M. V. D. formerly N. K. V. D.) have the right, in an administrative way, to sentence persons “suspected of counter-revolutionary activity,” whose guilt cannot be proved and who are socially dangerous, to deportation to distant places of the Union, to expulsion from certain places, to placement in corrective camps (concentration or labor camps). There are no rules of procedure; no inquiry of the suspect is required; no appeal or pardon admitted. It is easily seen that this practice practically allows the executive authorities to deprive any person of liberty or property without any process of law.” (STAROSOLSKY, 1950, p.360)

when sodomy was temporarily not a crime. With the recriminalization of that crime in 1934, archival records of Moscow city court trials of "pederasts" throw light on a persisting practice of sexual barter between men. (HEALEY, 2001, p.238)

Afora as estapafúrdias justificativas pretensamente materialistas colocadas com a nova criminalização (como o da necessidade de fomento à família tradicional como reclamo de uma recomposição populacional na Rússia assolada pela fome do entre-guerras), certo é que elas se amparam fundamentalmente em aspectos de ordem formal, anticlassistas e antirrevolucionárias, por desatentas ao primado mais fundamental de libertação plena e radical de toda humanidade, que não comporta qualquer registro de opressão. A denúncia de Hiro Okita (2015, p.54-55) não deixa pedra sobre pedra quanto a estes eventuais argumentos “materialistas” para defesa do retrocesso, demonstrando sua sustentação puramente moral:

“A primeira edição da Grande Enciclopédia Soviética, publicada em 1930, dizia, a respeito dos homossexuais: ‘nos países avançados capitalistas, a luta pela abolição de leis hipócritas está em plena ebulição (...) a lei soviética não considera ‘delito’ contra a moralidade.’ Porém, em 1971, a terceira edição da Grande Enciclopédia diz: ‘Homossexualidade é uma perversão sexual consistente numa atração antinatural entre pessoas do mesmo sexo. Dá-se em pessoas de ambos os sexos. Os estatutos penais da URSS, dos países socialistas e inclusive dos estados burgueses castigam a homossexualidade.’ As coisas mudaram bastante!”

E como mudaram, camarada Hiro Okita! Ou melhor, e como tão rapidamente retornaram a um *status quo ante* de não só criminalização, mas quase demonização e projeção necessariamente pejorativa às assim associadas práticas sexuais de LGBTs. Aqui, referenciando as reflexões que inauguram as discussões de Trotsky sobre a moral (1978), notamos que para além desses mais tacanhos argumentos, existia uma associação quase espelhada para o trato da homossexualidade pelas expressões autoritárias dos estados capitalistas e operários, que atribuíam uns aos outros a origem desta que seria uma “degeneração” de uma normalidade sexual:

“já em 1929, o stalinismo começou a desenvolver uma mitologia sobre a ‘homossexualidade como produto da decadência do setor burguês da sociedade’ e como resultado da ‘perversão fascista’, a que os fascistas (nazi) responderam qualificando qualquer desvio da pureza moral que glorificavam como ‘bolchevismo sexual’. Pregavam as excelências da ‘decência proletária’ e começaram a purgar o partido. As discriminações, a vigilância e a denúncia de homossexuais tiveram início.” (OKITA, 2015, p.57)

As reflexões de Trotsky sobre a moral e a vida cotidiana seguem aqui nos sendo proveitosas. Plenamente cômico dos ruídos postos entre as alterações institucionais – podemos dizer, de vontade afirmativa, legais, de cima para baixo – e as inflexões culturais, ao tratar não da questão LGBT, mas das relações entre homens e mulheres, afirma o revolucionário que:

Uno de los problemas, el más simple, fue el de instituir en el estado soviético la igualdad política de hombres y mujeres. Mucho más dificultoso fue el siguiente, el de asegurar la igualdad de hombres y mujeres trabajadores en las fábricas, talleres y sindicatos; y hacerlo de tal modo que los hombres no colocaran a las mujeres en una posición desventajosa. Pero lograr una verdadera igualdad entre hombres y mujeres en el seno de la familia es un problema infinitamente más arduo. Antes de que ello suceda deben subvertirse todas nuestras costumbres domésticas. Y aún es bastante obvio que a menos que en la familia exista una verdadera igualdad entre marido y mujer, y ello en un sentido general, así como en lo referente a las condiciones de vida, no podremos hablar seriamente de igualdad en el trabajo social ni quizás en la política. Hasta tanto la mujer esté atada a los trabajos de la casa, el cuidado de la familia, la cocina y la costura, permanecerán cerradas totalmente todas sus posibilidades de participación en la vida política y social. (TROTSKY, 2015, p.15)

Trotsky (1978, p. 30) não deixou de perceber explicitamente que “a Revolução de Outubro anulara os privilégios, declarara guerra às discriminações sociais, substituíra a burocracia pelo autogoverno dos trabalhadores, abolira a diplomacia secreta; esforçara-se para dar a mais completa transparência a todas as relações sociais”. Mas não tardou muito a se ter uma recomposição dessas mazelas, haja vista que as transformações em algumas sendas foram pouco enraizadas. E em assim sendo,

“o stalinismo restaurou as formas mais ofensivas de privilégio, conferiu à desigualdade um caráter provocativo, sufocou com absolutismo policial a atividade espontânea das massas, fez da administração um monopólio da oligarquia do Kremlin, ressuscitou o fetichismo do poder sob formas que a própria monarquia absoluta não tivera sequer coragem de sonhar.”

O stalinismo, à sua forma e expressando a visão social de mundo de uma casta burocrática, da mesma forma que a burguesia tentou afirmar sua moral como única e oficial, assim como o fez com as interpretações de mundo e até mesmo com a leitura do marxismo. Tais manobras, como também aponta Trotsky (1978, p.8), levaram “invocar (...) ‘verdades eternas’ da moral (...) [e] tentar fazer retroceder o pensamento”. E como “qualquer reação vencedora ressuscita, alimenta e reforça os elementos do passado

histórico que a revolução golpeará sem conseguir aniquilar” (TROTSKY, 1978, p.38), também assim o stalinismo fez com a repressão aos gays.

Desse modo, os subsídios trazidos pelas contribuições trotskianas para leitura da sociedade, desde duas das colunas de sustentação de seu pensar – o debate sobre a moral e a crítica à degeneração revolucionária pela burocratização e conservadorismo stalinistas – são em muito úteis para nossas reflexões atuais, e por certo também balizaram as elaborações da IV Internacional para o trato da temática.

3. O enfrentamento das opressões na tradição da IV Internacional e os (des)caminhos para o fortalecimento das lutas de LGBTs

Incontestes que o enfrentamento às opressões se coloca como uma das principais e irremediáveis características políticas da tradição da IV Internacional¹⁰ (BENSAÏD, 2008, p.132). Talvez tal qualidade remonte as elaborações trotskianas acerca da atenção à pluralidade do componente social (marcadamente presente em suas discussões acerca das particularidades e a autodeterminação nacional). Não só este tema se coloca no documento fundacional da IV Internacional, o *Programa de Transição* (1938), pautado na necessidade de se particularizar as tarefas políticas táticas e estratégicas nos diversos contextos globais, como também se vê presente no trato específicos e matizados das mulheres, dos jovens e das trabalhadoras e trabalhadores dos países coloniais ou semi-coloniais.

São diversos os esforços pontuais para tratar questões relacionadas à opressão que despontam no bojo da história da Internacional. Desde as discussões sobre um nacionalismo negro estadunidense, a articulação com as lutas por direitos civis de negras e negros naquela mesma realidade, até o papel de vanguarda na abordagem da libertação das mulheres¹¹ – que desemboca na formulação da resolução do IX Congresso

¹⁰ “Dos diferentes ramos saídos do tronco original, a IV Internacional e a corrente Socialismo Internacional (desenvolvida a partir do SWP britânico) são as mais importantes, pela sua presença em certos países-chave e pela sua realidade internacional efectiva. Os seus grupos e secções estão frequentemente muito activos no movimento internacional contra a mundialização capitalista e contra as guerras imperialistas, bem como no renovar dos movimentos sociais. Estão frequentemente empenhadas em recomposições à escala nacional com correntes saídas do movimento comunista, da ecologia radical e do feminismo revolucionário.” (BENSAÏD, 2008, p.132).

¹¹ Menção de reconhecimento

ento e relevo posta por Daniel Bensaïd (2008, p. 96) é feita ao histórico dirigente quartista grego Michel Raptis, alias Pablo, sobre o trato da opressão, sobretudo quanto ao a dimensão de género: “Pablo soube, desde os anos 1950, abordar com audácia questões como a libertação das mulheres, a autogestão, a democracia socialista. A sua solidariedade activa com a revolução argelina (foi julgado na Holanda, em 1962, por fabrico de dinheiro falso que servia para financiar o fabrico de armas para a FLN), ou a sua acção em favor dos republicanos irlandeses, testemunham o seu sentido de iniciativa. Tendo deixado a IV Internacional para criar a Tendência Marxista Revolucionária Internacional, em 1964, na base de divergências sobre o conflito sino-soviético e sobre o apoio aos movimentos de libertação em Angola,

Internacional, dado na Itália em 1977 –, diversos foram os acúmulos e preocupações, de impacto profundo nas táticas e estratégia propostas pela IV Internacional e ao conjunto do marxismo revolucionário como um todo, ligados ao combate à opressão. Como consequência dessa trajetória, é notável a ampliação de participação feminina na organização – tendo em conta que dentre seus dirigentes históricos de maior impacto, protagonistas das mais relevantes polêmicas e linhas políticas quartistas, não se encontram mulheres –, bem como de militantes de países dependentes e periféricos, levando inclusive a um basculamento contemporâneo da organização ao sudeste asiático.

As questões relacionadas à sexualidade, todavia, não aparecem nas principais discussões da IV Internacional havidas em seus primeiros congressos, bem como também não despontam imediatamente nos processos que levam à sua dissolução e reunificação. O que se verifica, em verdade, são situações esporádicas em que o tema acaba sendo tangenciado. Um exemplo são os relatos do profundo envolvimento existente entre Daniel Guérin – gay comunista e libertário – com a IV Internacional, o que não se deu apenas com as referências comuns, trocas intelectuais e de correspondência com os principais dirigentes quartistas¹² (em que pese as profundas críticas de Guérin a Trotsky e às posições da IV Internacional), tendo repercussões práticas, o que levou inclusive a uma justificada suspeita de participação do revolucionário em seções nacionais da organização (CONTRETEMPS, 2017).

Nem sempre, porém, o trato da sexualidade se dá de forma progressista. As marcas do preconceito e da opressão de uma sociedade que normaliza e administra as condutas sexuais também se expressou na organização.

Confirma nossa proposição o fato de que foi no bojo das discussões acerca de elementos de ordem moral que também algumas manifestações no mínimo polêmicas – e que por certo consideramos de todo problemáticas e preconceituosas – foram externadas por membros da IV Internacional. Aquela que talvez maior repercussão tenha tomado, sobretudo diante de recentes debates no Brasil¹³, tenha partido de um dos maiores

voltou a integrá-la, alguns anos antes da sua morte (em 1998), como se esse regresso a casa devesse dar uma coerência à sua longa vida militante.”

¹² Ainda que não se possa afirmar que o conteúdo das correspondências tenha versado especificamente acerca da questão da sexualidade.

¹³ Motivado por uma discussão na rede social Facebook, em que tomaram parte entre outras pessoas dois dirigentes políticos que hoje reivindicam a tradição da IV Internacional – Valério Arcary e Ana C. Carvalhaes –, acabou resultando dois textos de maior fôlego: SAGRA, Alicia. **Em defesa da moral de Nahuel Moreno**. Disponível em: <https://litci.org/pt/especiais/polemica/em-defesa-da-moral-de-nahuel-moreno/>, acessado em 26.03.2019 e MILARÉ, Jéssica. **Criticar ou ocultar os erros de Moreno?** Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=7935>, acessado em 26.03.2019. O mesmo temário foi objeto, ainda que distante cronológica e topicamente de texto formidável do historiador Henrique Carneiro

dirigentes históricos da organização, o argentino Nahuel Moreno. Foi em um texto de título *La moral y la actividad revolucionaria*, de 1969 que Moreno (2001) acionou uma metralhadora de preconceitos que, para além de se revelar extremamente pudico, revelou-se profundamente homo e lesbofóbico, ao associar as práticas LGBTs ao conjunto de reputadas degenerações da sociedade de então, que tanto impactava o conjunto militante de seu tempo:

Los cros que captamos, principalmente pertenecen al estudiantado, vienen de una sociedad en quiebra, nauseabunda, con padres separados que se meten los cuernos, con amigos o conocidos que relatan orgías sexuales reales o imaginarias, con películas que se solazan en describir todas las variantes de perversión sexual, con la lectura diaria de la cantidad de marihuana o ácido lisérgico que consume la juventud norteamericana o europea, con películas pornográficas japonesas o suecas que superan todo hecho en la guerra por los franceses o alemanes, **con pederastas o lesbianas**, con crimen o asaltos varios, con delincuentes públicos transformados en grandes personajes que gozan de todos los favores y prestigios sociales con una escala aristocrática donde las artistas de cine y televisión, rodeadas de play boys, son el desiderátum de la moda, las costumbres, la moral con una frialdad entre los sexos en los países avanzados, donde se está produciendo la liberación de la mujer que preocupa a los sociólogos con la píldora como elemento fundamental de la liberación de la mujer. **Estos compañeros llegan al partido de una sociedad totalmente corrompida, sin valores de ninguna especie, donde la familia, la amistad y las relaciones entre los sexos están totalmente en crisis.** Esto no puede menos que reflejarse en las propias filas partidarias ya que no vivimos enlatados al vacío, sino dentro de esa sociedad. (g.n.)

Por certo concordamos com Trotsky (1978, p. 17) que “a decadência do capitalismo traz consigo a da sociedade moderna, com suas leis e sua moral”. Todavia, projetar às lésbicas e a outros setores oprimidos da sociedade a caracterização dessa derrocada civilizacional parece-nos não só preconceituoso e equivocado, ainda mais quando se ampara na falência de instituições de opressão, como a família burguesa e “as relações entre os sexos” para referenciar o diagnosticado. Moreno expressa assim uma leitura extremamente falha das qualidades que em verdade conferem pluralidade e vivacidade à sociedade humana.

(Sobre moral, espontaneísmo e puritanismo em um texto de Nahuel Moreno. Disponível em: blogjunho.com.br/sobre-moral-espontaneismo-e-puritanismo-em-um-texto-de-nahuel-moreno/, acessado em 26.03.2019), que trata a fundo da temática de forma sóbria e sem dimensões idólatras, tal qual é a posição firmada por Milaré.

Há quem possa dizer que o mesmo Moreno se retratou quanto a referidas considerações - haja vista ter firmado seu compromisso com o enfrentamento à opressão contra LGBTs e compreendido como algo “absolutamente normal” (MORENO, 2001) – , mas em verdade sua suposta revisão de posicionamentos apenas reafirmou parte de seus profundos preconceitos, que o impediram de reconhecer os direitos de auto-organização partidária de LGBTs e desconsiderar a luta pela própria existência e afirmação destas pessoas enquanto tais como algo de fundamental, anunciando “alerta a los homosexuales contra su tendencia a hacer de su liberación un fin en sí mismo” (MORENO, 2001), distorcendo a leitura de Guérin e anunciando um suposto essencialismo individualista inerente à homossexualidade.

Não foi Nahuel Moreno o único dirigente quartista a externar posições LGBTfóbicas, porém. Há registro de episódios homofóbicos envolvendo o reconhecidamente progressivo defensor de demandas das oprimidas e oprimidos Michel Pablo (BERRY, 2004, p.20, MEMÓIRE DES SEXUALITÉS, s/d) e outras figuras políticas que outrora já compuseram a IV Internacional, a exemplo de algumas denúncias da tradição inaugurada por Pierre Lambert e na construção da OCI (BERRY, 2003, p.5).

Felizmente, não só nas posições dirigentes a IV Internacional se alicerça¹⁴. Foi, inclusive, no seio das formulações havidas desde as bases da IV Internacional, fundamentalmente pelo conjunto de militantes das diversas seções nacionais, que a temática assumiu novas conformações, alçando-se à relevância que hoje assume dentro das políticas estratégicas da organização, inclusive com o firmar de resolução Comitê Internacional.

4. Uma ebulição desde as bases

Precedem os posicionamentos firmados pelo Comitê Internacional quartista sobre a luta das LGBTs as diversas posições assentadas por suas seções nacionais. Sejam elaborações coletivas ou individuais, atreladas ou não a processos concretos de maior

¹⁴ Aponta Mandel (1995,p.30) as diretrizes originárias de vinculação à IV Internacional: “In the weaker Fourth International [quando comparada às II e III Internacionais, G.S.], the subordination of the individual members and sections to the International as a whole is voluntary and is based exclusively on common principles and a shared moral commitment - it is not based on any kind of material incentive. No one joins the Fourth International to make a career. This kind of homogeneity is more solid and more permanent than that of the other two Internationals [a II e III, G.S.], which is based on power and even on money. For members and sympathizers of the Fourth International, the voluntary relinquishing of national organizational sovereignty is something taken for granted. The International is their true motherland, in a much deeper sense than it was for members of the other two Internationals. Today it is 'only' tens of thousands who share this conviction and commitment. Tomorrow, in the broader mass international, it will be, must be, millions, if humanity is not to be destroyed.”. Essas dinâmicas passaram por reformulações, sem deixar de lado a vinculação individual à Internacional.

magnitude, foram por certo estímulos decisivos para as formulações de conjunto que a partir de 2003 passam a assumir papel de relevo nos documentos da IV Internacional.

Certo é que desde os idos dos anos 1970, a temática LGBT já perpassava a atuação política das marxistas revolucionárias. Em que pese não alinhado à IV Internacional, a organização trotskista estadunidense *Freedom Socialist Party* (FLP) imprime desde cedo não só a imprescindibilidade de se olhar para o mundo e para a política desde um referencial feminista, mas também atento às demandas da população LGBT. Desta organização, é notável não só a repercussão do panfleto “Lesbianism: a socialist feminist perspective”, de autoria de Susan Williams (1973)¹⁵, como diversas outras manifestações públicas em defesa da luta das LGBTs. Em sua interessante publicação bilíngue, em que pese não hesitarem em afirmar que serem “todas 100% libertadoras de gays” (THE GAY REVOLT, 1976, p.15) e endossarem a luta pela libertação gay, denotam seus limites programáticos ao assentar o horizonte estratégico na defesa da luta por igualdade travada por gays, bem como no enfrentamento pela luta dentro do registro idealista da “dignidade humana” (THE GAY EQUALITY, 1976, p.8)¹⁶.

Texto de grande envergadura e repercussão, constitui-se o escrito “La question homosexuelle”, de Jean Nicolas (1976), peça fundamental na pavimentação deste caminho dentro da IV Internacional. O membro do *Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire* (FHAR) expõe em seu texto publicado na revista *Critique Communiste* – canal de comunicação da *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR), seção quartista na França até sua dissolução em 2009, para composição do *Nouveau Parti Anticapitaliste* (NPA)– toda uma série de questões envolvendo a normalização de práticas sexuais, a história da opressão às LGBTs, o trato da questão pelo Estado francês e prefigura o dimensionamento de três fases do movimento LGBT. Ainda que bastante eurocentrado, foi desde os idos dos anos 1970 traduzido e estimulou debates em diversos lugares¹⁷,

¹⁵ A autora foi também responsável pela elaboração de outra brochura de referência sobre a questão LGBT, juntamente com Stephen Durham, de título “AIDS hysteria: an marxist analysis” (Seattle: FRP, 1986).

¹⁶ A postura bastante crítica do FLP para com o grupo trotskista estadunidense Socialist Workers Party (SWP), há muito não alinhado com a IV Internacional, a também cumprir um papel ativo e relevante no estímulo das lutas pela libertação das LGBTs.

¹⁷ Tomemos o caso acerca das impressões de Pepe Gutiérrez sobre a experiência quartista na Espanha, com especial enfoque para a apreensão do texto: “En ese estado de cosas, este trotskismo (que se decía también marxista, leninista, luxemburgista, guevarista, gramsciano...) se presentó como una forma concreta de marxismo libertario. Opuesto frontalmente a las 'burocratadas' que iban matando huelgas. Con capacidad de intervenir en cualquier frente, en cualquier controversia y debate. Recuerdo, por ejemplo, los organizados en torno al libro de Jean Nicolas La cuestión homosexual, Fontamara, 1978, que causó

sendo ainda hoje utilizado nos processos de formação dentro da organização, em seus seminários temáticos e escolas de formação.

No bojo da LCR, um conjunto de outros tantos escritos foram elaborados a partir de esforço de auto-organização de gays e lésbicas que na organização militavam. Isso em razão de, desde 1976, gays e lésbicas do partido terem constituído a *Commission Nationale Homosexuelle* (CNH), de funcionamento assemelhado a uma setorial, e que muitas dificuldades teve em sua implementação (FILLIEULE, 2015). Para além do impacto nas elaborações constantes em obras de síntese externa da organização – como é o caso de *Oui, le socialisme!* (LCR, 1978) –, que reservam espaço específico para o tema, o que se nota é o pulular de toda uma série de outras elaborações, como as brochuras *Le droit d'être homosexuel-lesbienne* (CNH, 1981a), *Lutttes homosexuelles: quelles perspectives?* (CNH, 1981b) e *Homosexuels e mouvement* (CNH, 1982). É de se colocar destaque que se pode notar destes documentos toda uma série de considerações acerca da necessidade de garantia ao direito à vida das LGBTs (CNH, 1981a, p. 17-28), contra a repressão, pelo "direito institucional de expressão e defesa dos homos", pelo "direito a união livre" e pela "diminuição da idade da maioridade sexual" (CNH, 1981b) e o enfrentamento a todas as leis anti-homossexuais (CNH, 1982, p. 7-14).

Nos anos 1990, organizações como a britânica International Socialist Group colocaram-se também em marcha para debater e proporcionar a participação ampliada de LGBTs em suas fileiras, a exemplo do que se pode notar, do que se tem notícia, dos documentos *Theses on lesbian/gay liberation* e *The ideological development of the lesbian and gay movements*, organização que contou desde 1988 com uma fração de gays e lésbicas, como se nota da documentação de Dani Ahrens (WARMICK LIBRARY, s/d). Da mesma sorte, na Austrália, o Democratic Socialist Party desde 1973, aprofundando-se nos anos 1980, passou a não só debater mas encampar lutas pela libertação LGBT (DSP, 1979).

Não só nos países centrais da ordem, porém, que tais manifestações se mostraram presentes. Também em nações periféricas e dependentes, sobretudo na América Latina, esta ebulição foi verificada. O texto elaborado por Hiro Okita, já aqui citado à exaustão, foi formulado em 1981, época em que todo um conjunto de organizações morenistas – a brasileira Convergência Socialista (CS) inclusa – animavam a IV Internacional. Mostra não só um conjunto de sínteses coletivas do grupo de gays e

admiración entre los colectivos gays, y los debates en presencia de rudos obreros, que tuvieron que tragarse sus prejuicios milenarios.” (GUTIÉRREZ-ALVAREZ, 2007, p.131).

lésbicas da CS – como bem apontam Douglas Borges e Wilson Honório da Silva na introdução à mais recente edição (2015) –, mas também que, à revelia do que pareciam indicar as compreensões políticas de seu maior dirigente internacional (MORENO, 2001), a auto-organização interna à corrente – isso ao comporem a Secretaria de Gays e Lésbicas da CS (OKITA, 2015, p.7) e grupos de militância mais amplos, como o vanguardista SOMOS – Grupo de afirmação homossexual (OKITA, 2015, p.90), disputando-o, inclusive, quanto aos seus rumos classistas. Exemplo disso é o da memorável campanha para participação no 1º de Maio de 1980(OKITA, 2015, p.92-93), em plena conjuntura do ascenso social que derrubou a ditadura empresarial-militar e fez despontar o sindicalismo novo no Brasil.

Importante documento, também pautado desde a realidade latino-americana, é o impactante texto do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) (1983), do México, de título *Liberación homossexual: un análisis marxista*. De acordo com Mogrovejo (2000, p.110):

“Para la corriente troskista, defensora de la IV Internacional, el asunto de la sexualidad, el feminismo y la lucha homosexual fueron aspectos centrales del análisis de la opresión social. En México, el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) de tendencia troskista, consideraba tanto la lucha del feminismo como de liberación homossexual las primeras luchas directas contra la opresión sexual, de suma importancia para el combate al dominio patriarcal sexista burgués que se perpetúa en el sometimiento del cuerpo y la sexualidad de los individuos (...). La estrategia política de los militantes perretistas era impulsar la lucha de liberación homossexual no solamente desde el partido político, sino también desde la lucha social. El movimiento lésbico-homosexual era el espacio propicio que daba lugar a una doble militancia.” (MOGROVEJO, 2000, p.110)

Foram estas diversas discussões e práticas trazidas pelas políticas encampadas pelas seções da IV Internacional que viabilizaram uma necessária inflexão de percepções da organização e sustentaram a formação de acúmulos que desembocou na resolução aprovada pelo 15º Congresso Internacional quartista.

5. Aparentes limites e potências das proposições do Comitê Internacional

A notável crescente de atenção ao trato da luta pela libertação das LGBTs nas bases da IV Internacional por certo passou a ensejar repercussões na organização. As principais sínteses internas sobre o tema passaram a se dar com a perspectiva prática de viabilização da auto-organização, em nível internacional, das LGBTs quartistas, que junto ao *International Institute for Research and Education* (IIRE) promoveram discussões e

seminários temáticos sobre suas lutas. Tais seminários – que foram iniciados em 1998, até 2003 já tinham sido três, e que atualmente já alcançam o número de seis realizados – , tiveram até a escrita da resolução aprovada no 15º Congresso da IV Internacional um papel relevante de formação e formulação, proporcionando acúmulos e saldos importantes para sua luta. Os esforços cristalizados no referido congresso merecem aqui ser depurados e, em cada um dos seus pontos mais relevantes, destacados, isso para que possamos constituir um conjunto de traços essenciais propostos pela IV Internacional à condução da luta pela libertação de LGBTs.

O primeiro desses pontos remete às premissas e proposições nas quais a resolução se firma. Primeiramente, e tal qual confere título ao nosso artigo, a corrente reconhece mais do que tudo que a sexualidade é uma questão política (CIFI, 2003, p. 2). Tal fato já nos parece de todo louvável e transformador. Afastando de uma percepção expressa em muitos momentos no bojo da tradição quanto ao trato exclusivamente privado da sexualidade (CIFI, 2003, item 9, p. 7). Vale frisar que essa compreensão se alastra para outras tantas dimensões do trato da sexualidade, não apenas tangenciando as LGBTs:

The struggles for abortion rights and accessible birth control, like the struggle for lesbian/gay rights, directly challenged the traditional notion that equated acceptable sex with reproduction, marriage and the family. New perspectives on sex and sexuality promoted a new valorisation of sexual pleasure in general, but especially for women. When the women's movement advanced demands for women's sexual health and information, it did so with the fundamental idea that women are sexual beings, and have the right to the sexual pleasure and control of their sexual relationships men have historically enjoyed. One of the main messages promoted in this struggle for women's sexual autonomy was that there was no one right way to sexual enjoyment, but in fact there were a plurality of possibilities. (CIFI, 2003, p.7)

Por certo, a projeção a uma dimensão política da sexualidade não descarta a relevância da afirmação das individualidades e das expressões subjetivas, indispensáveis ao enlance de composição das classes. Dessa sorte, a tradição não reluta em afirmar que “we defend the right of every person to fully develop her/his individual/personality” (CIFI, 2003, p.13).

Essa recomposição, por si só, já é o primeiro passo para a tarefa de conjunto a que a resolução se propõe: “colocar nossa casa – a esquerda revolucionária – em ordem” (CIFI, 2003, p.2), ou seja, tomar os desafios da libertação das LGBTs pelas raízes, e as contradições decorrentes desses processos de luta pelos seus chifres.

Em segundo lugar, é da própria proposição central posta pela resolução – a libertação de gays e lésbicas – que frisamos a opção política dada pela direção da organização pela chave da “libertação” (em inglês, *liberation*, e em francês, *libération*) das LGBTs, em detrimento de outras tantas, como as de “emancipação” e “igualdade”. Referida eleição traz aqui toda uma série de caracterizações e consequências.

De imediato, é de se ter em conta que o desfoque da luta por “igualdade” aponta para a dissociação de seu conteúdo exclusivamente formal, e decorre das próprias dinâmicas das lutas históricas das LGBTs e das pautas colocadas em suas ofensivas. Esta, invariavelmente guiada pela mediação dos direitos, não deixa de guardar em si um demandar por igualdade (material):

“Beginning with the radicalization of the late 1960s, activists have called for going beyond struggles for lesbian/ gay rights in order to demand full lesbian/gay liberation, which implies a withering away of the capitalist family as an institution and challenging the heterosexual norm imposed by the capitalist state. Although this call has become less prominent in the movements since the 1980s, the Fourth International sees complete equality and freedom for both women and LGBT people as requiring socializing the functions of the family, which can be fully achieved only with the overthrow of capitalism. In supporting struggles for lesbian/gay rights we seek to build bridges between current demands and the ultimate goal of lesbian/ gay liberation, which we see as linked to the ultimate goal of socialist revolution.” (CIFI, 2003, p. 6)

Em outro excerto do documento, confirma que a dimensão guerreada de igualdade é aquela de caráter formal:

“In our revolutionary Marxist current, we have a conception of social and sexual liberation for LGBTs that goes beyond the limited demand of formal equality within capitalist society. We seek a profound revolution in gender relations and a society where, as heterosexual privilege begins to disappear, sexual identities are unlikely to be constructed in the same way as today.” (CIFI, 2003, p.17)

O texto do Comitê Internacional ecoa elaborações teóricas colocadas por Peter Drucker (2000), grande responsável e referência nas formações do IIRE, tendo sido diretor da instituição. Quanto à questão da igualdade, debruçando-se sobre o caso sul-africano, afirma o autor:

Furthermore, even the kinds of breakthroughs for lesbian/gay liberation won in South Africa fall short of full lesbian/gay equality. There are after all limits to the lesbian/gay equality that can be won in countries marked in general by

deep social and economic inequality, as almost all countries in the Third World are.

Even the South African lesbian/gay movement now finds itself wrestling with questions about the meaning and content of their newly won equality, because South Africans in general are struggling with such issues. The democratic transformation that the ANC called for from the 1950s to the 1980s included more than an end to formal apartheid: it included land for blacks whom apartheid had been made landless and a more just division of the economic power concentrated in white hands. Democratic transformation on this scale has still not taken place in South Africa. This constrains the lives of most LGBT people. Gevisser notes that in black townships, for example, where families often sleep eight to a room, 'there is simply no space to be gay'.

Full lesbian/gay equality requires Third World liberation in a broader social sense: liberation from poverty and dependency. LGBT people need housing to give them physical room for their relationships, for example, and jobs that can save transgendered and young people from dependence on the sex trade. How can gay men deal with AIDS, in those countries where male-male sex is a major factor in the epidemic, without challenging structural adjustment programmes that decimate health care? How can LGBT people hope to escape from or remould their families without the protection of a genuine welfare state?

A busca pela libertação e a discussão dos conteúdos de igualdade, como visto, passaria pela recomposição da esfera familiar – tão reclamada já por Trotsky, nos anos heroicos da Revolução Russa –, que reclamaria “*diverse forms of collective, community responsibility for care of children and the infirm*” (CIFI, 2003, p.6). Sobre a questão da família, aliás, a resolução não apenas tangencia o delicado tema da dependência dos jovens para com tal estrutura, que na sua atual conformação os interdita de reconhecer e expressar suas sexualidades (CIFI, 2003, p. 5), como também sinaliza posicionamento favorável ao casamento entre LGBTs (CIFI, 2003, p.11), a derrocada de leis e regulamentos que impeçam o direito de paternidade e maternidade (CIFI, 2003, p.12), isso, todavia, sem deixar de enfrentar as contradições da própria construção familiar burguesa. Se de um lado aponta para a funcional bandeira de igualdade de direitos, de outro sinaliza um caráter anti-familiar:

“lesbian/gay movements should try to avoid trapping even more people in these humiliating forms of dependency. Instead they should try to ally with women's groups and trade unions to change this situation. Current debates on same-sex partnership and marriage are an opportunity for revolutionary LGBTs to work together with currents in lesbian/gay movements that seek to

resurrect the movement's original call for genuine liberation. Together we can work to undermine the perceived 'naturalness' of heterosexuality, challenge gender roles, and question whether authority over children and rights of inheritance should be based so much on biological parenthood. We will work to open a door through which new possibilities can be glimpsed: new kinds of social and emotional relations beyond alienation and dependency, new patterns of ones, twos and mores that could flourish in diversity and freedom. (CIFI, 2003, p.12)

A igualdade material, e não apenas formal, alça-se pois desde a consecução da libertação. E esta pressupõe a ruptura com instituições e formas sociais essencialmente marcadas pela afirmação da desigualdade, dentre as quais está a família, circunstancial e transicionalmente afirmada.

O terceiro ponto de destaque da política alinhavada pela IV Internacional na referida resolução passa pelos paralelos e referências constantes entre o trato da opressão e luta pela libertação das mulheres e das LGBTs. A principal referência textual da resolução do 15º Congresso, que desde o primeiro parágrafo do texto é citada, é justamente a síntese pela libertação feminina aprovada pela Conferência Internacional de 1979 (CIFI, 2003, p. 3, 7, 8, 15, 18, 19), aliada também a outras formulações feministas, como as propostas pela já objetivada seção quartista no México, o PRT (CIFI, 2003, p.17 e 19). Em nosso ponto de vista, não se trata apenas de uma mera referência textual, mas de um derivativo da compreensão que todas as lutas pela libertação de oprimidas e oprimidos da sociedade se articulam, reclamando convergências em seus rumos estratégicos, compartilhando por vezes, inclusive, determinações estruturais comuns. Essa luta combinada e convergente, aliás, não pode ser retardada ou se colocar a reboque de outras, como consequência imediata e necessária de lutas econômicas e pelo poder:

They must introduce LGBT perspectives into different struggles for political, social and economical change, rejecting pressures to postpone specific LGBT struggles in the name of any 'structural issue'. No structural change will be complete if the structures of sexual oppression, which affect all human beings, are left untouched. (CIFI, 2003, p. 6)

Como quarta qualidade de destaque das formulações, notamos o reconhecimento da particularidade que reside nas lutas pela libertação das LGBTs dos países dependentes e periféricos, sobretudo diante das debilidades organizacionais comparativas com a das LGBTs dos países centrais da ordem capitalista, fundamentalmente pautadas em elementos de ordem econômica e material (CIFI, 2003, p.4). Tal leitura da matéria por certo foi deveras impactada pelo já citado Peter Drucker,

intelectual de grande influência no seio da IV Internacional, sobretudo no trato das questões LGBTs e desde a década de 1990 fortemente atento a tais fatores. Essas leituras confirmam, inclusive, o sintoma exposto no item precedente, em que bem se pode perceber uma tendencial confirmação de capacidade organizativa nos países centrais e imperialistas pelo exurgir cronológico de textos e formulações outras acerca da libertação LGBT ter justamente ali se dado.

Mas não só: ainda que perceptível a dificuldade de organização material, contraditória e justificadamente é também reconhecido na resolução o protagonismo da luta das LGBTs do assim dito “Terceiro Mundo”, tanto no próprio contexto periférico ou central da ordem:

Transgender people also have a long history of fighting back against their oppression. 'Hijras' in Pakistan and 'waria' in Indonesia organized for their rights in the 1960s before European and North American lesbian/ gay liberation movements were founded. Puerto Rican 'drag queens' ('locas') were among the first to fight back against the police in the 1969 Stonewall Rebellion in New York. (CIFI, 2003, p.12)

Essa proeminência militante por certo se deve às condições materiais periclitantes com as quais as LGBTs, e fundamentalmente as pessoas trans, vivem ou tentam viver nas periferias da ordem. Daí também merecer destaque, em quinto lugar, o sequenciar do trato da população trans, que pela primeira vez assumem vulto em uma abordagem da IV Internacional. Questões relevantíssimas, como a intensidade da violência institucional sofrida por esse setor da população – vítimas de prisões arbitrárias e ações abusivas da polícia –, a patologização e medicalização ainda verificada em diversas nações do globo – que em que pese afete todas LGBTs, recai de forma mais profunda sobre as trans – (CIFI, 2003, p. 13), a imensa dependência, dado os estigmas sociais, da inserção em postos de trabalho hiper-precários, invariavelmente envolvendo a prostituição, que retroalimenta o já perverso ciclo de violências a que estão sujeitas, entre outros, são abordados de forma central pelo texto.

O sexto tema de discussão passa por uma querela deveras polêmica e aos nossos olhos um tanto necessária para o trato das lutas por libertação, que é a reivindicação de direitos, que em muitas circunstâncias aparece como uma *luta contra direitos e leis*.

Essa síntese pode ser formulada a partir da proposição de que “an intrinsic part of our struggle for sexual autonomy must also articulate a struggle against all legal restrictions on consensual sex and the struggle against all forms of sexual discrimination”

(CIFI, 2003, p.14). Por certo, seja nas realidades centrais da ordem, sejam nos países periféricos e dependentes – que em muitos mantêm esses traços legislativos enquanto reminiscências coloniais (CIFI, 2003, p. 4) –, o arcabouço normativo de caráter repressivo e discriminatório a LGBTs é fecundo. De outra banda, as leis que conferem direitos específicos a tais populações, ou então a conferem condição de igualdade formal – como já vista, insuficiente frente a nossas pretensões revolucionárias – não vicejam. Daí a ambígua relação com o ordenamento jurídico, ora reclamado, ora rejeitado, a denotar materialmente as profundas contradições que dimanam do uso político do direito.

Todavia, parte expressiva desse trato complexo e multifacetado com o direito remete também ao fato de que “repressive laws and widespread social discrimination intensify this oppression in most parts of the world, but repealing repressive laws and combating social discrimination will not by themselves eliminate it.” (CIFI, 2003, p.4). Afinal, não existe um conjunto de consequências objetivas que decorram da determinação legislativa – ainda que, como ressalta o documento, “there is a connection between changing law and challenging social attitudes” (CIFI, 2003, p.8) -, cumprindo os ganhos na esfera jurídica papel político e material relevante:

“Lesbian/gay movements have mostly been directed against specific laws or policies repressing same-sex sexuality or LGBT people; towards laws that would ban various forms of social discrimination; and towards laws granting same-sex relationships equal recognition and treatment under existing laws and policies.” (CIFI, 2003, p.5)

Cabe discutir, diante desse cenário contraditório e de multiforme abordagem, qual seria o papel do direito na luta das LGBTs. De plano, há de se considerar que uma crítica profunda à forma jurídica e a desconsideração da mediação do direito no bojo das lutas sociais não está posta nem mesmo para os trabalhadores homens, adultos, estáveis e brancos dos países centrais da ordem. Que dirá ao restante dos componentes das classes trabalhadoras, interpelados estruturalmente pelas opressões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, origem nacional etc, que compõem sua grande maioria (tanto nos países de centrais quanto periféricos do capitalismo). Logo, a luta por direitos, dialogando com outras construções aqui já colocadas, assume um papel de máxima relevância, sobretudo na salvaguarda de condições mínimas de sobrevivência a LGBTs:

the fundamental demands for full employment, affirmative action programs for women and minorities, guaranteed income, reliable and quality child care, housing, health services and reproductive rights including abortion are essential underpinnings for sexual self-autonomy. The need to combine the struggle for a freer sexuality with the struggle to defend the social safety net

and full employment is the key to confronting the right-wing backlash against women and the gay and lesbian community (CIFI, 2003, p.14)

Nossa constatação decorre da compreensão de Ernest Mandel (1990, p. 27) que os proventos da ordem do capital ensejam, estruturalmente, melhores condições organizativas e um peso aumentando às lutas das trabalhadoras, e tendo em conta que estas invariavelmente caminham de forma indissociável a saldos jurídicos, por certo os horizontes revolucionários não se descolam desses ganhos de qualidade (ou possibilidade) de vida. Todavia, a luta por direitos, por si só, não é suficiente. Pensar, como apontado no início deste item e na esteira da proposição do Comitê Internacional, que a luta por direito das LGBTs enseja a criação de “pontes entre as demandas atuais e os objetivos últimos da libertação lésbica/gay, que nós vemos como ligadas aos objetivos últimos da revolução socialista” (CIFI, 2003, p.6), nos leva a aproximar tal proposição àquela que lançamos em nossa tese doutoral, generalizando o que só tratamos sobre o Direito do Trabalho (SEFERIAN, 2017), quanto ao *uso tático do direito* para fins da libertação LGBT.

Ainda, em sétimo lugar, a atenção aos estigmas relegando ao HIV-AIDS se coloca como traço permanente das discussões históricas da IV Internacional acerca das lutas das LGBTs e não poderia ser distinto o traço marcado na resolução ora comentada. O fato de termos um dirigente histórico, Daniel Bensaïd, que por quase duas décadas lutou contra a doença por certo trás relevo para essa preocupação. As inovações trazidas na resolução passam pela proposição de derrocada da “guerra às drogas” como caminho para superação a tais preconceitos (CIFI, 2003, p. 11). Aliás, o trato das drogas assume ainda outra dimensão, bastante interessante, concernente à busca pela quebra das patentes dos medicamentos para combate à infecção:

“Most of those involved , notably COSATU and the Treatment Action Campaign, have subsequently recognized that the battle now needs to be joined on two new fronts: (1) to demand that the South African government - and also the employers - provide drugs; and (2) to build opposition to the US government's actions in taking Brazil to the WTO over the question of generics. (CIFI, 2003, p.11)

Sem qualquer crença ingênua na autossuficiência da educação no processo de transformação social, colocam também como relevante ponto da luta pela libertação das LGBTs o enfrentamento às ofensivas conservadoras que interdita a educação sexual nas escolas (CIFI, 2003, item 13, p. 9), conteúdo que assume particular atualidade no Brasil,

ante os retrocessos verificados desde período que remonta alguns anos e se aprofunda após a eleição de Bolsonaro.

Nono em nossa lista, outro ponto de também triste atualidade, feita menção à conjuntura nacional, remete à situação de Jean Wyllis, que recentemente, motivado pelas crescentes perseguições e ameaças sofridas, teve que abdicar à recondução de cargo parlamentar e se auto-exilar. No referido documento, resta manifesto que a IV Internacional “*support the right of asylum for LGBTs from countries of origin where LGBTs are persecuted, threatened or simply cannot live because of their sexual orientation*” (CIFI, 2003, p.10). Esses sinais, como um todo, são fruto de um impacto conjuntural particular:

“Together with stagnant or declining wages and growing unemployment, these cutbacks threaten basic prerequisites, in terms of housing, health care, child care and other forms of social support, for LGBT people to live decently apart from heterosexual families and to sustain their communities. The effects have been particularly devastating for newly emergent communities in dependent countries, as seen particularly since 1982 in Latin America and since 1997 in Southeast and East Asia, and tend to reinforce pro-family ideology” (CIFI, 2003, p. 7)

Não são descartados ainda as proposições que se colocam no campo da representatividade, haja vista que as representações simbólicas acabam por cumprir relevante papel na luta das LGBTs, apontando-se, por exemplo, o indicativo para que em períodos eleitorais se estimulem o lançamento de candidaturas de LGBTs (CIFI, 2003, p. 19).

Por fim, e não menos importante – podemos até dizer, ser o mais relevante! –, é de se destacar a preponderância conferida pelo documento político à necessidade de fortalecimento dos meios de auto-organização das LGBTs, tanto junto às seções nacionais da IV Internacional, como na própria organização e fora dela. O exemplo já citado do estímulo à participação em frentes amplas, atividades culturais, auto-organização de LGBTs nos partidos e sindicatos – inclusive internacionalmente (CIFI, 2003, p.17) –, para fins de disputa e convencimento de LGBTs à luta anticapitalista e de não-LGBTs da importância de suas pautas, periemam a completude do documento. Isso para além da defesa da necessidade da sua autodefesa (CIFI, 2003, p.10) e do reconhecimento de que a articulação das lutas das LGBTs é deveras mais complexa que outros setores oprimidos, dada a dimensão de sua opressão (CIFI, 2003, p.18). A convergência com outros setores oprimidos se coloca também como traço de fundamental relevância no fomento da luta

anticapitalista (CIFI, 2003, p.9). Em suma, “LGBTs must organize themselves inside and outside the workers movement to fight against heterosexist prejudices, which exist in the working class as elsewhere” (CIFI, 2003, p.15). Tal perspectiva é afirmada e reiterada no texto:

“In some countries, the sections of the Fourth International have contributed decisively to the appearance of lesbian/gay movements. The international should draw on the lessons of these successes to help sections where there is no tradition of such work. In countries where no autonomous movement currently exists, the work of the section will consist predominantly in generalized propaganda and in taking up specific LGBT demands broadly within progressive movements.” (CIFI, 2003, p.17)

A proposição de articulações amplas reclama que as LGBTs se organizem nas lutas por libertação nacional e democracia (CIFI, 2003, p.4), contra as ofensivas marcadas por políticas de austeridade (CIFI, 2003, p.6), pautando lutas inclusive institucionais contra a globalização neoliberal (CIFI, 2003, p.7), reafirmando a indispensabilidade de articulação das lutas de LGBTs com outros oprimidos e oprimidas da sociedade, que reclama uma imediata atenção e não pode ser postergada ante uma suposta urgência imediata de reivindicações apenas políticas e econômicas.

A radicalidade da reivindicação auto-organizativa aponta inclusive a perspectiva de que os diversos componentes de identidades LGBTs possam, entre si, também se auto-organizar. É o caso do trato das bissexuais, em que o documento aponta que “we support their right and respect their choice to do so, while continuing to work towards the broadest possible alliance of all the sexually oppressed” (CIFI, 2003, p.13).

Esta perspectiva se contrapõe profundamente à externada na dita “revisão” de posicionamentos feita por Nahuel Moreno quanto às LGBTs, que entendia não ser prudente o fomento à auto-organização dentro dos partidos:

“Un compañero homosexual, dirigente del partido brasileño, quería hacer una corriente dentro del partido a favor de la homosexualidad. Yo me opuse, justamente porque considero a la homosexualidad tan normal como la heterosexualidad. Supongamos que se crea una corriente así dentro del partido, con derechos de fracción. Quiere decir que en los locales habría salitas, cada una con su cartel: “Hombres con Mujeres”, “Hombres con Hombres”, “Mujeres con Mujeres”, y cada fracción tendría su boletín (...). Me opongo a hacer ese tipo de actividad hacia el interior del partido” (MORENO, 2001)

É de se destacar que a resolução aprovada no XVI Congresso Internacional da organização, dado em 2010, versou pontualmente sobre a questão LGBT justamente para reafirmar a necessidade de fomento de nossa auto-organização.

Coroa essa relevante viragem o fato de que todas essas medidas se colocam enfiadas em uma direção bastante mais profunda e relevante da luta pela libertação, que reclamam abdicar uma posição de defesa exclusivamente formal das bandeiras políticas das LGBTs para que se passe então a assumi-las materialmente, por meio de uma profunda inflexão nas posturas cotidianas das organizações quartistas (CIFI, 2003, p. 17). Não por outra razão um dos mais belos e densos itens do texto, de n.22, trate justamente do componente relativo à mudança de cultura quanto ao trato da sexualidade, condição indispensável e inadiável para a ruptura da opressão e fomento à libertação das LGBTs.

6. Conclusões

Com nossa breve exposição, pudemos perceber a cadência de afirmação e as tonalidades assumidas na condução da luta pela libertação das LGBTs no bojo da tradição da IV Internacional. Desde de suas raízes, assentadas no pensamento e agir trotskianos, passando pelas formulações de militantes, dirigentes e seções nacionais, foi possível demonstrar algumas contradições, vicissitudes e resistências à incorporação da luta auto-organizada e auto-determinada de LGBTs como horizonte estratégico da organização, hoje assentado em seus documentos de maior relevo.

Da mesma sorte, foi possível demonstrar que o arranjo transicional de pautas políticas para as pessoas LGBTs em alguma medida pode soar como rebaixado ou de baixo calibre, revestindo-se de lustros jurídicos, quando em verdade, percebendo os elementos estruturais que tomam a comunidade LGBT tanto nos países centrais da ordem do capital, como ainda de forma mais acentuada em nossas realidades dependentes e periféricas, o reclamo de condições mais elementares de reprodução da vida social, postas na mediação da luta por direitos e também na interdição do uso repressor (essencial, podemos dizer) do aparato jurídico e estatal como tarefa imediata e imprescindível para condução dos passos de uma estratégia revolucionária que contemple a libertação de toda humanidade do jugo da exploração e da opressão, inclusive e necessariamente no que concerne à pluralidade das sexualidades.

As linhas traçadas pela IV Internacional, longe de poderem reivindicar de forma auto-proclamatória serem as únicas proposições ou as mais bem acabadas no bojo da tradição trotskista, por certo não podem ser desconsideradas no conjunto de

proposições hoje postas às lutas táticas e estratégicas para essa nossa grandiosa tarefa, fundamental a que todas nós possamos gozar, hoje e sempre, das belezas que a vida nos reserva e Trotsky tanto frisou em seu testamento.

Referências

ALBERTINI, Pierre. “Comunismo”. In: TIN, Louis-George (dir.) **Diccionario Akal de la homofobia**. Madrid: Akal, 2012.

BENITEZ Martins, Carla. SOARES, Moisés Alves. “A disjuntiva entre o discurso criminológico e os movimentos legislativos/institucionais na construção do controle sócio-penal na União Soviética”. In: SEFERIAN Scheffer Machado, Gustavo. BATISTA, Flávio Roberto. **Revolução Russa, Estado e Direito**. São Paulo: Dobradura, 2017.

BENSAÏD, Daniel. **Trotskismos**. Trad. Sérgio Vitorino. Lisboa: Combate, 2008.

BERNSTEIN, Eduardo. **Bernstein on homosexuality: Articles from 'Die Neue Zeit', 1895 and 1898**. Trad. Angela Clifford. Belfast: Athol books, 1977.

BERRY, David. "Workers of the World, embrace!": Daniel Guérin, the labour movement and homosexuality. In: **Left history**, (9.2), primavera/verão 2004. Disponível em: <https://libcom.org/files/4799.pdf>, acessado em 01.02.2019.

_____. **For a a dialectic of homosexuality and revolution**. S/e, 2003. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/david-berry-for-a-dialectic-of-homosexuality-and-revolution.pdf>, acessado em 01.02.2019.

CARNEIRO, Henrique. **Sobre moral, espontaneísmo e puritanismo em um texto de Nahuel Moreno**. Disponível em: blogjunho.com.br/sobre-moral-espontaneismo-e-puritanismo-em-um-texto-de-nahuel-moreno/, acessado em 26.03.2019.

CIFI. **On lesbian/gay liberation**, IV Online magazine, 2003, publicado em 10.08.2003. Disponível em: http://www.internationalviewpoint.org/IMG/article_PDF/article_a177.pdf, acessado em 10.03.2019.

CNH. **Le droit d’être homosexuel– lesbienne**, Paris: LCR, 1981a.

_____. **Luttes homosexuelles: quelles perspectives?** Paris: LCR, 1981b.

_____. **Homosexuels en mouvement**. Paris: LCR, 1982.

CONTRETEMPS "La politique (et les mille vies) de Daniel Guérin: entretien avec Ian Birchall et David Berry, réalisé par Selim Nadi". Publicada em 15.05.2017. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/guerin-trotsky-sartre-marxisme-antiracisme/>, acessado em 21.03.2019.

DSP. Uma estratégia revolucionária para a libertação gay. Publicado em 1979. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1979/01/libertacao_gay.htm

DRUCKER, Peter. Reiventing liberation: strategic question for lesbian/gay movements. In: DRUCKER, Peter. **Different rainbows: same-sex sexualities and popular movements in the Third World**. London: Millivres/GMP, 2000, disponível em: archive.4edu.info/LGBT/ESL_15.2_Equality.htm, acessado em 20.03.2019.

FILLIEULE, Olivier. Pride and prejudice: how homosexuals and lesbians came out politically in the Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR) 1975-1976. Publicado em 2015. Disponível em: www.revue-masques.fr/images/Fillieule.pdf,

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936. Trad. Natália Angyalossi Alfonso São Paulo:Boitempo, 2014.

GUTIÉRREZ-ALVAREZ, Pepe. “Dos o três cosas que yo sé del asunto”. In: BENZAÏD, Daniel. **Trotskismos**. Trad. Andreu Coll, Barcelona: Ediciones de Intervencion Cultural, 2007.

HEALEY, Dan. Masculine Purity and “Gentlemen’s Mischief”: Sexual Exchange and Prostitution between Russian Men, 1861-1941. In: *Slavic Review*, 60(02),2001, p. 233–265.

IRVINE, Sandy. **The prophet misarmed: Trotsky, ecology and sustainability**. Disponível em: http://www.trotskyana.net/GuestContributions/irvine_prophet.pdf, acessado em 29.03.2019.

LCR. **Oui, le socialisme!** Paris: Maspero, 1978.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx e o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2a ed., São Paulo: Busca Vida, p. 1988

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Trad. Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1990.

_____. **Trotsky as na alternative**. Trad. Gus Fagan. London/New York: Verso, 1995.

MÉMOIRE DES SEXUALITÉS. "Années 50: 1955-1959", s/d. Disponível em: www.memoire-sexualites.org/annees-50-1955-1959/, acessado em 23.03.2019.

MILARÉ, Jéssica. **Criticar ou ocultar os erros de Moreno?** Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=7935>, acessado em 26.03.2019.

MOGROVEJO, Norma. Um amor que se atreviu a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homossexual y feminista em América Latina. México: Plaza y Valdés, 2000,

MORENO, Nahuel. **La moral y la actividad revolucionaria**. Publicado virtualmente em dezembro de 2001. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/07_nm.htm, acessado em 26.03.2019.

NICOLAS, Jean. "La question homosexuelle". In: **Critique communiste**, n. 11/12, Paris, dez/1976, jan/1977, p. 86-143.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2015.

PRT. **Liberación homosexual: un análisis marxista**. México: Folletos Bandera Socialista, 1983.

SAGRA, Alicia. **Em defesa da moral de Nahuel Moreno**. Disponível em: <https://litci.org/pt/especiais/polemica/em-defesa-da-moral-de-nahuel-moreno/>, acessado em 26.03.2019.

SEFERIAN Scheffer Machado, Gustavo. **Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores**. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017.

STAROSOLSKY, George V. "Basic principles of Soviet Criminal Law". In: **North Carolina Law Review**, v. 28, n.4, rev. 359, p. 359-374, 1950.

THE GAY REVOLT. **The freedom socialist**, v. 2, n.1, Seattle, verão 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/freedom-socialist/v02n1-summer-1976-FS.pdf>, acesso em 22.03.2019.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. Trad. de M. Carvalho e J. Fernandes. Lisboa: Antídoto, 1977.

_____. **L'Agonie du capitalisme et les tâches de la 4ème Internationale**. s/e, 1938. Disponível em <http://www.revolution-socialiste.info/CB03.pdf> , acessado em 22.03.2019.

_____. **Moral e revolução**. 2ª ed. Trad. Otaviano de Fiore. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Problemas de la vida cotidiana**. 2ª ed. Valencia: Sedov, 2015.

WARMICK LIBRARY. "Trotskyist sources at the modern records centre", s/d, disponível em: https://warwick.ac.uk/services/library/mrc/explorefurther/subject_guides/trotskyite_sources/ , acessado em 22.03.2019.

WILLIAMS, Susan. **Lesbianism: a socialist feminist perspective**. Seattle: FSP, 1973. Disponível em: <https://www.slideshare.net/fuvohabuz/lesbianism-a-socialist-feminist-perspective-pdf>, acessado em 20.03.2019.